

A FORMAÇÃO DE TRADUTORES NO ISLA: PROBLEMAS TEÓRICOS E PRÁTICOS

María Fernanda Antunes Pina

Instituto Superior de Línguas e Administração, Lisboa

A instituição onde trabalho há 21 anos e que aqui represento, o Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA) foi fundado em Lisboa em 1962 com o objectivo principal de formar quadros técnicos de nível superior, entre os quais tradutores e intérpretes. Ao longo dos seus mais de 30 anos de existência alargou o número de cursos que oferece e a sua implantação no país, dispondo neste momento de escolas a funcionar em seis cidades. O Curso de Tradução funciona em Lisboa, Leiria, Porto e Santarém.

No caso da presente comunicação interessa-nos o Curso de Tradução ministrado na Escola de Lisboa. Funciona no ISLA de Lisboa, desde que este foi criado, um curso que visa a formação de tradutores. Ao longo dos anos este curso sofreu diversas reestruturações e actualizações tendo em vista uma formação dos alunos –futuros tradutores– que responda às necessidades e exigências do mercado de trabalho no sector da tradução.

No início, o então Curso Superior de Tradutores e Intérpretes tinha uma duração de 3 anos, o primeiro dos quais comum a este curso e ao de Secretariado. No fim do 2º ano os alunos com aproveitamento obtinham o diploma de Tradutores Simples e no fim do 3º ano o diploma de Tradutores Especializados. A ideia da necessidade de especialização é, pois, uma ideia presente à data da fundação do Instituto, mas por razões que não são do meu conhecimento ela perdeu-se em alterações posteriores do curso, e só voltou a ganhar corpo agora, com o aparecimento do 4º ano, ano de especialização de que adiante nos ocuparemos. No decénio de 70 o Curso de Tradutores separou-se do de Secretariado, mantendo, no entanto, a duração de 3 anos. A partir de 1987 o diploma conferido passou a ter efeitos correspondentes ao grau de bacharelato do ensino superior oficial. Recentemente o curso viu o seu plano de estudos reestruturado: com uma duração de 4 anos, passou a conferir o grau de licenciatura, com reconhecimento oficial, a partir de Janeiro de 1993. A sua designação actual é Curso de Tradução.

Curso de cariz profissionalizante, privilegia, como seria de esperar, a prática, o traduzir, o trabalho com textos de tipos diversos. Mas porque também neste campo de estudos teoria e prática são indissociáveis, o nosso curso não descarta a componente teórica, como adiante será explicitado.

Preparamos os nossos alunos para traduzirem sobretudo para português, que é a sua língua de utilização habitual. Como línguas de partida temos o inglês (a chamada Língua 1, obrigatória para todos os alunos), o francês e o alemão (as chamadas Línguas 2, que são alternativas, conforme opção dos alunos). Em regime extracurricular o ISLA tem oferecido nos últimos anos cursos de espanhol e de russo como línguas estrangeiras.

Idealmente a língua de chegada deveria ser sempre e só o português, pois os alunos são, salvo muito raras exceções, falantes nativos de português, a sua primeira língua. Acontece, como sabemos, que no mercado de trabalho esta norma, habitualmente defendida pelos especialistas em matéria de tradução –o tradutor deve traduzir para a sua língua de utilização habitual, designação actualmente preferida à de “língua materna”–, nem sempre é respeitada; direi mesmo, quase nunca é respeitada. Daí que procuremos preparar também os alunos para traduzirem para inglês e francês ou alemão.

Isto implica a problemática teórico-prática da primeira língua –língua materna, língua de utilização habitual– e do conceito de segunda língua, diferente de língua estrangeira, problemática que está na base da organização e recente reestruturação do Curso de Tradução e norteia os nossos esforços e a composição do nosso plano de estudos. Adiante abordaremos este ponto.

Passemos agora em revista alguns aspectos curriculares do Curso. Os alunos que ingressam no ISLA são estudantes que concluíram o 12º ano de escolaridade, que concluíram, portanto, o Ensino Secundário. O Curso de Tradução é um curso superior em que os alunos adquirem, em vez de apenas desenvolverem e aperfeiçoarem, conhecimentos culturais e linguísticos das áreas a que respeitará o seu trabalho como tradutores. Isto para dizer que não nos posicionamos relativamente ao Curso de Tradução como, por exemplo, o Professor Vermeer, no seu livro *Esboço de uma Teoria de Tradução* publicado em Portugal em 1986, quando se refere a um, à data, futuro curso de traductologia. Sabemos que a grande maioria dos alunos admitidos a frequentar o nosso curso ainda não possuem bons conhecimentos culturais e linguísticos. Possuem alguns conhecimentos básicos, mas não “o comando das línguas e culturas em questão”. Por isso o ensino dessas línguas e culturas faz parte integrante e fundamental do nosso curso. Ao longo dos 4 anos do Curso de Tradução, os alunos são confrontados com um conjunto de disciplinas que se agrupam em dois núcleos distintos mas não dissociados: o núcleo de disciplinas próprias do estudo das línguas e o núcleo das disciplinas que designamos por complementares e que se destinam prioritariamente a dar aos alunos informação e formação, sobretudo teóricas, em matérias e

áreas do saber por que se repartem muitos dos textos com que irão trabalhar nas aulas de tradução e, posteriormente, na sua vida profissional. Entre as disciplinas complementares contam-se as seguintes: História, no 1º e no 2º anos; Introdução à Economia, Economia Internacional e Técnicas Comerciais, no 2º ano; Introdução ao Direito, Organismos Internacionais, Tecnologia e Temas de Cultura e Literatura Europeia, no 3º; Relações Internacionais, Cooperação Europeia, Direito Comunitário, Economia Política e Tecnologia, no 4º ano. A inclusão destas disciplinas nos vários anos está directamente articulada com a presença no plano de estudos desses mesmos anos de domínios especializados de utilização das línguas estudadas. Assim, enquanto no 1º ano se trabalha com o inglês, francês ou alemão dito geral, no 2º os alunos trabalham já nas aulas de tradução e retroversão com textos literários, jornalísticos e económicos, e no 3º com textos jurídicos e técnicos. Por razões da prática profissional dos tradutores, existe a disciplina de Processamento de Texto durante os três primeiros anos do curso.

Ligadas aos aspectos culturais e institucionais dos países onde se falam as línguas estudadas, surgem as disciplinas de Vida e Instituições Inglesas, Vida e Instituições Norte-Americanas, Vida e Instituições Francesas e Vida e Instituições Alemãs, ministradas preferencialmente, ou mesmo exclusivamente, na língua dos países a que dizem respeito e com base em textos escritos nessa mesma língua, o que constitui um contributo valioso para a aprendizagem, e bem assim para o aprofundamento do conhecimento que os alunos vão adquirindo, das línguas de partida (tantas vezes também de chegada) que estudam. No 1º ano do curso são igualmente transmitidas aos alunos noções básicas de linguística e de análise contrastiva de textos nas disciplinas de Introdução à Linguística Inglesa, Introdução à Linguística Francesa (ou Alemã), Análise Contrastiva de Textos (Inglês-Português) e Análise Contrastiva de Textos (Francês/Alemão-Português).

No conjunto das disciplinas complementares deixei para o fim –last but not least– a Teoria e Metodologia da Tradução. Faz parte dos elencos curriculares dos 1º e 2º anos e visa familiarizar os alunos com os problemas teóricos, filosóficos e metodológicos da tradução, com questões ligadas à história e à crítica da tradução, com a diversidade das abordagens possíveis do texto a traduzir e com a necessidade de as avaliar criticamente.

Referi atrás ser nosso objectivo principal formar tradutores cuja língua de chegada seja o português, e por isso no nosso plano de estudos merecem especial atenção a língua, a literatura e a cultura portuguesas. É esta uma área lectiva que não é possível integrar nem no grupo das segundas línguas nem no grupo das disciplinas complementares, pois ela ocupa um lugar à parte por ser não só a língua de utilização habitual da quase totalidade dos nossos alunos, aquela em que eles se encontram em “imersão total”, mas também a sua língua de cultura, o veículo de transmissão da maioria das disciplinas complementares da sua formação como tradutores, a língua em que

conhecem e pensam o mundo, em que a si mesmos se pensam e conhecem. O ideal seria que os nossos estudantes e os nossos tradutores tivessem um domínio muito bom - deverei dizer perfeito? - da língua portuguesa. Infelizmente, sabemos que não é esse o caso; e penso que este problema não se coloca apenas em relação ao português em Portugal; a mesma queixa se ouve noutros países a propósito das respectivas línguas. E sabemos também que na formação dos tradutores é fácil ceder à tentação de concentrar mais atenção e esforço sobre as línguas e culturas estrangeiras do que sobre a língua e cultura maternas. Daí que desenvolvamos esforços para melhorar a competência dos nossos alunos na língua portuguesa –a capacidade de ler, interpretar e contextualizar, de analisar e de criar diferentes tipos de textos, a capacidade de os pontuar correctamente e de escrever sem erros de ortografia– que são a praga dos nossos dias.

Trato agora da carga horária semanal. Os alunos do ISLA têm um total de 25 horas de aulas nos 1^o, 2^o e 3^o anos e de 23 no 4^o ano. Dessas horas semanais, são dedicadas ao estudo das línguas inglesa e francesa ou alemã em si próprias e na sua relação com o português um total de 12 (6 para cada língua) no 1^o e 2^o anos, 14 (7 para cada língua) no 3^o e 18 (9 para cada língua) no 4^o. Essas aulas compreendem o trabalho –escrito, sobretudo, mas também oral– com textos redigidos nas línguas em questão (aulas de leitura, estudo e comentário de textos literários, debate, composição, análise e criação de texto), o aprofundamento dos conhecimentos gramaticais e lexicais (aulas de estrutura e léxico) e a tradução e a retroversão de textos de diferentes domínios dentro de cada língua: literário, jornalístico, económico, jurídico e técnico. No 4^o ano, ano de especialização, os alunos optam por dois domínios de utilização e aplicação das línguas estudadas e têm oportunidade de alargar, aprofundar e actualizar conhecimentos anteriormente adquiridos, aqui também complementados por disciplinas teóricas em relação directa com os domínios linguísticos escolhidos: Relações Internacionais e Cooperação Europeia para a opção literária e jornalística, Direito Comunitário para a opção jurídica, Economia Política para a opção económica e Tecnologia para a opção técnica. Também a utilização oral da língua não ficou esquecida, agora encarada sob um ponto de vista mais pragmático: os alunos têm uma aula de Interpretação Situacional (a que também poderíamos chamar Interpretação de Conversa), competência de manifesta utilidade para os tradutores, por exemplo, no caso da presença de visitantes estrangeiros na empresa onde trabalhem.

Esta carga horária dá a medida da nossa convicção da importância de conhecimentos linguísticos sólidos e profundos para a prática da tradução. É verdade que ser bilingue não é sinónimo de ser tradutor, como é verdade que há diferenças fundamentais entre ensinar línguas e formar tradutores. Mas são actividades que, embora diferenciadas, se complementam e ninguém é bom tradutor se não tiver bons conhecimentos linguísticos. Porque entendemos que é necessário começar por melhorar, desenvolver e consoli-

dar os conhecimentos linguísticos da maioria dos alunos que ingressam no nosso curso –dadas as graves lacunas com que eles terminam o ensino secundário–, não temos no 1º ano aulas de tradução para português; o trabalho prático de transposição de textos inter línguas é feito no 1º ano apenas de português para inglês e francês ou alemão, com o objectivo de melhorar os seus conhecimentos destas línguas desenvolvendo neles a capacidade de as utilizarem activamente.

No caso da tradução para português, é defensável a opinião de que o conhecimento desta língua tem de ser muito bom e activo, ao passo que o da língua de partida poderá ser muito bom, ou apenas bom, e passivo. A formação que o Curso de Tradução do ISLA assegura aos seus alunos procura, no entanto, que estes conheçam e dominem o inglês e o francês ou alemão activamente, procurando fazer de cada uma delas uma segunda língua não só para efeitos do desempenho profissional da retroversão mas também, e principalmente, com o objectivo de potenciar as capacidades e aptidões dos estudantes para a tradução para português. Quantas vezes não deparamos com más traduções porque os tradutores não conhecem frases idiomáticas e/ou contextos culturais do dia-a-dia?

Note-se, então, que no 1º ano os alunos estão a melhorar os seus conhecimentos de inglês e de francês ou alemão e têm um primeiro contacto com a prática da tradução nas aulas de Teoria e Metodologia e por vezes nas aulas de Vida e Instituições.

Em termos da diferença entre língua estrangeira e segunda língua, e considerando a primeira como uma língua que se estuda com maior ou menor profundidade mas cuja utilização é predominantemente passiva e na qual apenas se está inserido, parcial ou totalmente, durante os períodos de aula, e a segunda como uma língua também de utilização activa durante períodos consideravelmente longos da nossa vida –estou a pensar em permanências prolongadas nos países onde se fala a língua estudada, ou na presença de familiares ou amigos que a utilizam exclusivamente–, isto é, uma língua que se conhece “por dentro”, então direi que tentamos que o conhecimento que os alunos adquirem das línguas inglesa e francesa ou alemã seja cada vez mais, à medida que progredem no curso, um conhecimento de segunda língua nas suas vertentes literária, jornalística, económica, técnica e jurídica com um culminar de alta especialização, no 4º ano, em duas dessas vertentes –que se deseja possam vir a ser as áreas predominantes de trabalho na futura vida profissional.

Gostaria de referir que tanto no ano lectivo de 1991-92 como no de 1992-93 foi muito grande o interesse manifestado por antigos alunos do ISLA em frequentarem o 4º ano do Curso de Tradução, não só para obterem o diploma de licenciatura como também para actualizarem os seus conhecimentos teórico-práticos no domínio da tradução. O que me leva a mencionar aqui o aspecto da necessidade de cursos de reciclagem periódicos e sistemáticos

para tradutores. Neste momento não os temos. No meu país há um número considerável de acções de formação contínua e reciclagem para professores do ensino básico e secundário, por exemplo, mas não tenho conhecimento de cursos ou acções de actualização e reciclagem de tradutores –pelo menos com um carácter sistemático e regular. Se –e quando– o ISLA tiver condições para pôr de pé iniciativas deste tipo, estou convencida de que elas serão recebidas de braços abertos pelos tradutores portugueses.

Não gostaria de terminar este relatório sem dar voz a algumas dúvidas que assaltam quem aprende –e sobretudo quem ensina– tradução. Talvez possamos dedicar uns minutos a reflectir sobre elas se considerarem que têm algum interesse. Será realmente possível ensinar e aprender tradução? O tradutor será de facto um comunicador cuja função se reveste de características especiais, que necessita de ter conhecimentos e competências específicas, como pretende Roger Bell? Muito bem: ensinam-se e aprendem-se os conhecimentos e as competências; mas poder-se-á de facto ensinar a alguém a ser um comunicador? Os tradutores “fazem-se”, “formam-se”, não “se nasce” tradutor. Há competências que os candidatos a tradutores têm de adquirir –diz Hugh Keith no artigo “The Training of Translators”. Mas à pergunta se será possível falar em qualidades específicas que alguém que queira frequentar um curso de tradutores deva possuir, responde: “Talvez não, mas há determinadas características que aparentemente poderão aumentar as probabilidades de êxito.” E quem não possui estas qualidades não poderá vir a desenvolvê-las no processo de formação? Não as possuir será, à partida, um “handicap”? Ensina-se tradução ou potenciam-se características pessoais fornecendo técnicas e instrumentos? Formar tradutores não poderá ser visto em paralelo com formar professores? Penso que quando se fala em formar professores, em ensinar alguém a ser professor, está-se a falar em transmitir conhecimentos, técnicas, estratégias, métodos que habilitam um indivíduo a exercer com maior ou menor competência a profissão de professor. Mas exercer a profissão de professor não é o mesmo que ser professor. Há um potencial pré-existente –não sei se lhe poderei chamar inato– que só alguns possuem e que não se adquire num processo de formação. Talvez se desenvolva, talvez se aperfeiçoe, mas ou está lá ou não está.

Isto leva-me a uma última questão –e dúvida: a avaliação. A avaliação é para mim –e para muitos outros professores– o mal necessário do ensino. No ISLA foram introduzidas, em momentos diferentes, várias alterações no processo de avaliação, o que não só revela a necessidade de acompanhar as diversas concepções de avaliação, e a pertinência das mesmas, como a insatisfação relativamente a todas elas. Neste momento, o processo de avaliação nas línguas é contínuo, com base em trabalhos individuais ou de grupo integralmente feitos em casa, ou preparados em casa e debatidos e concluídos na aula, em trabalhos de grupo realizados durante a aula e em testes individuais feitos no tempo da aula, na linha dos testes de avaliação tradicio-

nais. A utilização de dicionários bilingues e/ou monolíngues e de outro material de consulta –fichas, glossários, notas, livros– varia de professor para professor e consoante a natureza do trabalho a realizar. Nas disciplinas complementares os alunos são submetidos a duas provas de frequência, uma no fim do 1º semestre e outra no fim do ano lectivo, provas essas que são iguais e simultâneas para todos os alunos. Fazem exame final apenas os alunos que não obtiveram nota positiva (10 ou superior) na avaliação contínua ao longo do ano nas disciplinas de línguas e nota igual ou superior a 12 nas complementares. O exame final de língua realiza-se em Setembro.

Mas a questão que aqui gostaria de colocar em matéria de avaliação diz respeito às línguas e, no âmbito destas, sobretudo à tradução. O que é que classificamos quando classificamos uma tradução? A competência linguística nas duas línguas em presença? Aplicamos a ambas os mesmos parâmetros? A competência linguística e cultural? E atribuímos valor preponderante a alguma delas? Valorizamos o processo da tradução ou tão-somentes o produto final? Quando atribuímos uma nota positiva mínima ou média a um aluno isso não significará apenas que esse aluno atingiu o conhecimento mínimo exigido, ou o conhecimento suficiente, de uma língua, que lhe permite ler e analisar de forma minimamente satisfatória um texto e produzir um texto de chegada também minimamente aceitável, o que não é o mesmo que fazer uso desse conhecimento e dessa capacidade como elementos de uma operação mais complexa, integrada e interdisciplinar que constitui a verdadeira tradução? A partir de que nível de classificação é que podemos dizer que não estamos a classificar uma competência parcelar mas sim o todo que é a tradução? Escutaria com o maior interesse as vossas respostas.

Muito obrigada pela paciência com que ouviram o meu relatório e as minhas dúvidas.

REFERÊNCIAS

- BELL, Roger T., *Translation and Translating. Theory and Practice*, Longman, London and New York, 1991.
- KEITH, Hugh, "The Training of Translators", en PICKEN, Catriona (ed), *The Translator's Handbook*, Second Edition, Aslib, London, 1989 (1st pub 1983).
- VERMEER, Hans J., *Esboço de uma Teoria da Tradução*, Edições ASA, Porto, 1986.

